



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2024069014 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa, requisitando pagamento de honorários em favor de Alisson Barreto Fernandes para realização de perícia na acao nº 0801301-69.2024.8.15.0371, movida VERUSKA DA SILVA MORAIS, em face de BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA

Data da Autuação: 10/06/2024

Parte: Alisson Barreto Fernandes e outros(1)



Número: 0801301-69.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **16/02/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VERUSKA DA SILVA MORAIS (REQUERENTE)			
BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85710419	17/02/2024 09:32	Despacho	Despacho
89697570	30/04/2024 13:23	Termo de Audiência	Termo de Audiência
91656739	06/06/2024 09:25	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Sousa

Processo nº. 0801301-69.2024.8.15.0371

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

Registra-se na petição inicial pedido de curatela provisória.

Consoante o art. 87 da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a concessão de curatela provisória exige prévia manifestação do *Parquet*.

Destarte, vista ao Ministério Público.

Sousa-PB, 17 de fevereiro de 2024.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 30/04/2024 13:23:43
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24043013234253300000084296534>
Número do documento: 24043013234253300000084296534

Num. 89697570 - P 1

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2024069014, nos termos da Lei 11.419. ADME. 61315.49253.08171.85252-8
José Riido de Figueiredo [568.440.934-20] em 10/06/2024 13:01

3ª Vara Mista de Sousa
Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725
SOUSA
()

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) trinta dia(s) do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro (30/04/2024), às 12h40min, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente se encontrava o Exmº. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, Proc. Nº 0801301-69.2024.8.15.0371, ajuizada por **VERUSKA DA SILVA MORAIS** em face de **BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA**. Aos pregões de estilo, **compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)s** o(a) Dr(a). **GLÁUCIA DA SILVA CAMPOS PORPINO**, Promotor(a) de Justiça, o(a) interditante, acompanhado(a) pelo(a) advogado(a) Rosa Maria Elias Silva, Defensora Pública, OAB/PB 1.836, e o(a)s interditando(a)s. **Ausente(s)/desconectado(a)s** membro(s) da equipe interprofissional. **Aberta a audiência, pelo MM Juiz foi dito:** A equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária se encontra(m) no exercício de outras atribuições institucionais, o que impede as suas participações neste ato. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). **Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a)**, pelo método audiovisual (cf. mídia anexa). **Prosseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito:** A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se que o(a) interditando(a) aparentava nervosismo durante o ato, apresentando dificuldade na fala e lapso de memória (cf. mídia audiovisual anexa). **Permaneçam** os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC). **Decorrido o prazo sem impugnação**, fica de logo designada a Dra. Maria Aldevan Abrantes Fortunato, Assistente Jurídica da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. **Superada esta fase**, com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. **Requisite-se** a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária, agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, **requisite-se** ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. **Por fim, certifique-se acerca da (in)existência de outras ações de interdição ativas e/ou arquivadas em face do(a) interditando(a) conforme determinado no ID**



85828763 – Págs. 1/2. Ciente o(s) presente(s)/conectado(a)(s) em/na audiência virtual. **E, nada mais havendo a tratar, mandou o MM Juiz de Direito encerrar este termo que, lido e achado conforme, e dada a impossibilidade de assinatura pelo(a)(s) outro(a)(s) participante(s) em razão da realização do ato por videoconferência, vai devidamente assinado eletronicamente pelo(a) magistrado(a). Eu, Marcus Vinícius Batista Cordeiro, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor de Gabinete, o digitei.**





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID , venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: VERUSKA DA SILVA MORAIS é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0801301-69.2024.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3A VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: VERUSKA DA SILVA MORAIS**, CPF/CNPJ: **VERUSKA DA SILVA MORAIS(073.044.424-41)**;

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA**, CPF/CNPJ: **xxx.xxx.xxx-xx**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (**x**) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (**X**) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, N° 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:



1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 6 de junho de 2024

<div>MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS</div> <div>Analista/Técnico Judiciário Judiciário</div> <div>Assinatura eletrônica</div>	<div>Agílio Tomaz Marques</div> <div>Juiz de Direito em Substituição</div> <div>3ª Vara Mista de Sousa</div> <div>Assinatura eletrônica</div>
---	---



Número: 0801301-69.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **16/02/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VERUSKA DA SILVA MORAIS (REQUERENTE)			
BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85708949	16/02/2024 23:57	DOCS DE ID	Documento de Identificação



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

PROCURAÇÃO

PODERES: Por este instrumento o(a) outorgante, **VERUSKA DA SILVA MORAIS**, brasileira, solteira, agricultora, portador(a) do RG nº 4.391.985, SSDS/PB e CPF nº 073.044.424-41, residente e domiciliado no Assentamento Emiliano Zapata, Lote 75, próximo ao posto de Andrezão, Sousa-PB, CEP: 58.800-000, com telefone (83) 991702638 nomeio e constituo a **DEFENSORIA PÚBLICA**, conferindo-lhes os mais amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula “*Ad Judicia Et Extra*”, para agir em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, apresentar justificativas e especificamente para representá-la em audiências, podendo, ainda, defender nossos interesses em audiências, na presente ação, ou de qualquer modo interessado, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo **umas** e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, como também os especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, representar o mesmo perante os Órgãos Públicos, promover reivindicações e impugnações, prestar lícitos compromissos, promover requerimentos administrativos, além de outros não expressamente constantes nesse mandato. Os poderes aqui descritos poderão ser substabelecidos no todo ou em parte, com ou sem reservas, dando tudo por bom, firme e valioso, para o fiel cumprimento deste mandato.

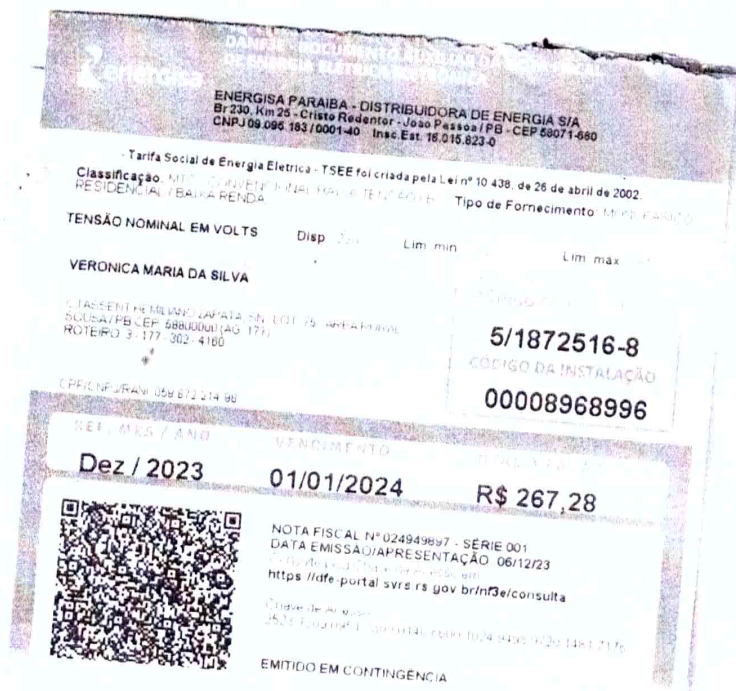
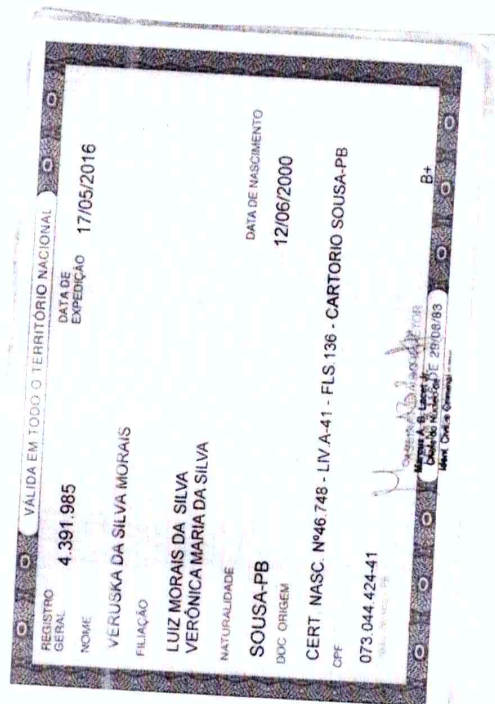
DECLARAÇÃO: O(a)(s) outorgantes(s) declara(m), para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite atender às despesas e custas processuais, sem privar-se dos meios necessários à própria subsistência e de sua família, considerando-se, portanto, necessitado(a) na forma da lei, estando de acordo com os que devem gozar dos benefícios da assistência jurídica gratuita. Afirmção que faz nos ditames do art. 2º, parágrafo único, e art. 5º, § 4º, ambos da Lei nº 1.060/50, e do art. 5º LXXIV da Constituição Federal e art. 98 e seguintes do CPC.

Sousa- PB, 11 de janeiro de 2024.

Veruska da Silva morais

VERUSKA DA SILVA MORAIS





REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Certidão de Nascimento

NOME
VERUSKA DA SILVA MORAIS

MATRÍCULA

0707890155 2000 1 00041 136 0046748 82



DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) doze de junho de dois mil DIA 12 MÊS 06 ANO 2000

HORA DE NASCIMENTO 15:20 MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Sousa-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Sousa PB LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Santa Terezinha, nesta cidade - Sousa-PB SEXO feminino

FILIAÇÃO
LUIZ MORAIS DA SILVA e VERÔNICA MARIA DA SILVA

AVÓS
Paterno(s): Severina Pereira Cardoso
Materno(s): Gregorio Batista e Balbina Maria da Conceição.

GÊMEOS NÃO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) vinte e seis de junho de dois mil (26/06/2000) DNV (DEC. NASC. VIVO) NADA CONSTA

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
2ª VIA. Registro lavrado em 26/06/2000, no livro A-00041, Nº 46748, folha 136-V.

NOME DO OFÍCIO
Serviço Registral Maria Alice Morais Langbehn

OFICIAL REGISTRADOR
Doris Maria Langbehn Pinto

MUNICÍPIO/UF
Sousa-PB

ENDEREÇO
Rua Quintino Bocaiuva nº16 centro, município e comarca de Sousa-PB - CEP 56600060 Fone: (83)3521-2142 E-mail: rpsousa@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Sousa-PB, 16 de maio de 2016.

Doris Maria Langbehn Pinto
Doris Maria Langbehn Pinto
Oficial do Registro Civil

Selo Digital: **ADG47826-XK57**
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Bel. Doris Maria Langbehn Pinto
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
Francisco Rendes Pinto
SUBSTITUTO
Filipe Denis Langbehn Pinto
ESCREVENTE
Rua Quintino Bocaiuva, nº16 - Centro - Sousa-PB

ARPENBRASIL AA 002585490 RRP

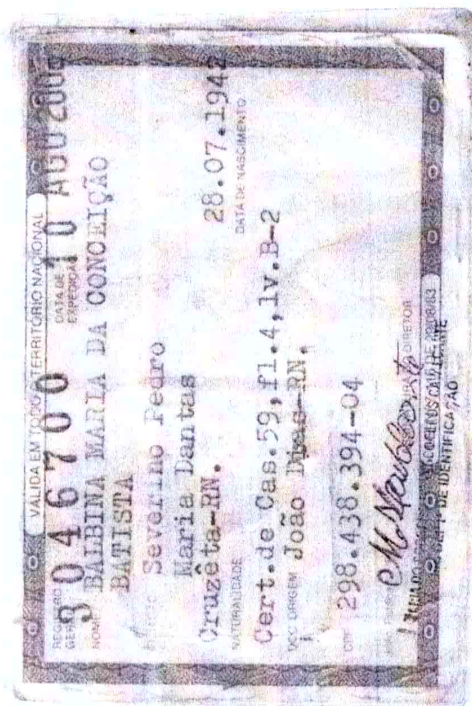
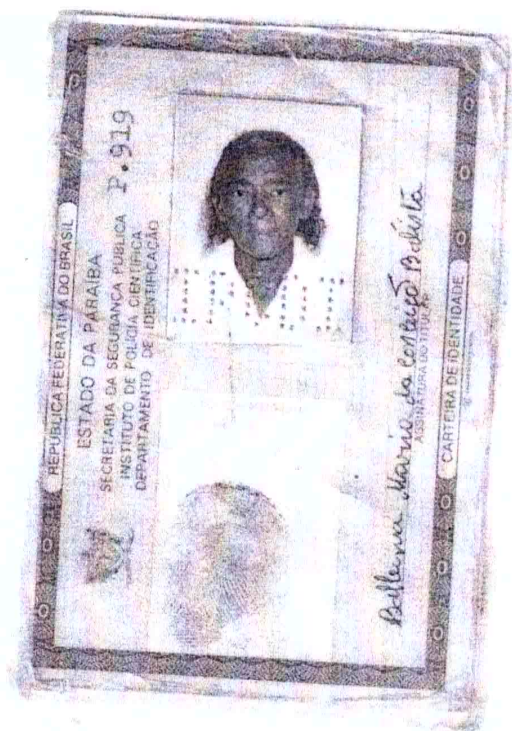




Assinado eletronicamente por: ROSA MARIA ELIAS SILVA - 16/02/2024 23:57:19

<https://pje.tipb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24021623571861100000080601853>

Número do documento: 24021623571861100000080601853





PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA - PB
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



RECEITUÁRIO MÉDICO

Indicação

Indicação para os devidos fins que a Sra. Bárbara Maria de Conceição Brito, de CPF: 298.438.394-04 é portadora de Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus tipo 2 dependente de insulina, Osteoporose, Aterosclerose de Juntos, A Camarada, degeneration de Aceleração Vascular Químico, com atendimento domiciliar por equipe da Unidade de Saúde - UBS, a mesma com degeneration de Hemiparesia Braquiocara esquerda, com dificuldades de Deambular e dificuldade para comparecer em órgãos Públicos. CID: I10, I64, I48.0 em 14/17



SUS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Dr. Daniel R. Martins
MÉDICO
CRM: 12.527/PB

Sousa 10/01/24





Bradesco Celular

Data: 06/02/2024 - 13h16

Nome: BALBINA MARIA DA CONCEICAO BATISTA

Extrato de: Agência: 1594 | Conta: 37286-2 | Movimentações entre: 07/01/2024 e 06/02/2024

Folha: 1/2

Data	Histórico	Docto.	Crédito (R\$)	Débito (R\$)	Saldo (R\$)
26/12/2023	SALDO ANTERIOR				0,81
26/01/2024	INSS	261594	1.412,00		1.412,81
	COMPRA ELO DEBITO VISTA SUPERMERCADO MAIS RO	25		-429,18	983,63
	COMPRA ELO DEBITO VISTA REDEPHARMA R24	260034		-116,60	867,03
	TRANSFERENCIA PIX DES: Veruska da silva mora 26/01	736470		-600,00	267,03
	TRANSFERENCIA PIX DES: Deisiane de Sousa San 26/01	818128		-110,00	157,03
	TRANSFERENCIA PIX DES: VERUSKA DA SILVA MORA 26/01	1301471		-15,00	142,03
29/01/2024	TRANSFERENCIA PIX DES: MARIA DO SOCORRO CALU 27/01	1949521		-27,50	114,53
30/01/2024	TRANSFERENCIA PIX DES: VERONICA MARIA DA SIL 30/01	1232014		-103,00	11,53
	PIX QR CODE ESTATICO COPR - COOP. RECREATIVA Centro C. 30031	1856479		-4,00	7,53
Total			1.412,00	-1.405,28	7,53



Assinado eletronicamente por: ROSA MARIA ELIAS SILVA - 16/02/2024 23:57:19

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24021623571861100000080601853>

Número do documento: 24021623571861100000080601853

Num. 85708949 - Pág. 7

Documento 2 página 8 assinado, do processo nº 2024069014, nos termos da Lei 11.419. ADME. 61564.95270.18171.94552-8
Requel Targino Carneiro da Cunha [085.529.234-24] em 11/06/2024 09:00



Bradesco Celular

Data: 06/02/2024 - 13h16
Nome: BALBINA MARIA DA CONCEICAO BATISTA

Extrato de: Agência: 1594 | Conta: 37286-2 | Últimos Lançamentos Folha: 2/2

Data	Histórico	Docto.	Crédito (R\$)	Debito (R\$)	Saldo (R\$)
------	-----------	--------	---------------	--------------	-------------

 Extrato Inexistente.



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Sousa

Processo nº. 0801301-69.2024.8.15.0371

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

Registra-se na petição inicial pedido de curatela provisória.

Consoante o art. 87 da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a concessão de curatela provisória exige prévia manifestação do *Parquet*.

Destarte, vista ao Ministério Público.

Sousa-PB, 17 de fevereiro de 2024.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito



3ª Vara Mista de Sousa
Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725
SOUSA
()

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) trinta dia(s) do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro (30/04/2024), às 12h40min, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente se encontrava o Exmº. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, Proc. Nº 0801301-69.2024.8.15.0371, ajuizada por **VERUSKA DA SILVA MORAIS** em face de **BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA**. Aos pregões de estilo, **compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)s** o(a) Dr(a). **GLÁUCIA DA SILVA CAMPOS PORPINO**, Promotor(a) de Justiça, o(a) interditante, acompanhado(a) pelo(a) advogado(a) Rosa Maria Elias Silva, Defensora Pública, OAB/PB 1.836, e o(a)s interditando(a)s. **Ausente(s)/desconectado(a)s** membro(s) da equipe interprofissional. **Aberta a audiência, pelo MM Juiz foi dito:** A equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária se encontra(m) no exercício de outras atribuições institucionais, o que impede as suas participações neste ato. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). **Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a)**, pelo método audiovisual (cf. mídia anexa). **Prosseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito:** A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se que o(a) interditando(a) aparentava nervosismo durante o ato, apresentando dificuldade na fala e lapso de memória (cf. mídia audiovisual anexa). **Permaneçam** os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC). **Decorrido o prazo sem impugnação**, fica de logo designada a Dra. Maria Aldevan Abrantes Fortunato, Assistente Jurídica da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. **Superada esta fase**, com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. **Requisite-se** a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária, agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, **requisite-se** ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. **Por fim, certifique-se acerca da (in)existência de outras ações de interdição ativas e/ou arquivadas em face do(a) interditando(a) conforme determinado no ID**





Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.069.014

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Trata-se de requisição de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), objetivando o pagamento de honorários arbitrados em favor do Perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, para realização de perícia nos autos da Ação nº 0801301-69.2024.8.15.0371, movida por VERUSKA DA SILVA MORAIS, CPF 073.044.424-41, em face de BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA, CPF 298.438.394-04, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, que teve os valores do anexo I atualizados pelo Ato da Presidência nº 43/2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 21 de Setembro de 2022, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo grau, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No art. 4º, § 1º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Como se vê o valor arbitrado não ultrapassa o limite fixado no anexo da Resolução nº 09/2017.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Assim, autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhe-se os autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, no valor solicitado de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), objetivando o pagamento de honorários arbitrados em favor do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482; inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente – CRM – sob nº 7218, para realização de perícia nos autos da Ação nº 0801301-69.2024.8.15.0371, movida VERUSKA DA SILVA MORAIS, CPF 073.044.424-41, em face de BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA, CPF 298.438.394-04, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários arbitrados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo respectivo em cartório e subsequente pedido de pagamento da perícia realizada.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 de junho de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0801301-69.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **16/02/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
VERUSKA DA SILVA MORAIS (REQUERENTE)				
BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA (REQUERIDO)			MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento		Tipo
91905016	11/06/2024 10:09	honorários periciais . reserva orçamentária		Comunicações



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo n 2024.069.014

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico

Assunto: Reserva Orçamentaria para pagamento de Honorários autos da Ação 0801301-69.2024.8.15.0371

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00 valor arbitrado nos termos de fls. 21

Informação Orçamentária

Trata os presentes autos acerca da solicitação de reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado: **Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico**- nos atos do processo **0801301-69.2024.8.15.0371**

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI Nº 13.041, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas	760

*Reservas n.º 15 e 17

GEORC, em João Pessoa, 12 de junho de 2024

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



Número: 0801301-69.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **16/02/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VERUSKA DA SILVA MORAIS (REQUERENTE)			
BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93784999	15/07/2024 12:51	0801301-69.2024 Laudo médico	Laudo Pericial



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SOUSA

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA

(Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Bairro Raquel Gadelha,

(83) 3522-6601 - Whatsapp (83) 99143-3318 e-mail sou-vmis03@tjpb.jus.br

TERMO DE COMPROMISSO

Interdição nº 0801301-69.2024.8.15.0371

Aos dez dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e quatro (10/06/2024), nesta cidade de Sousa-PB, no Fórum local, perante o Exmº Dr. Agilio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição na 3ª Vara, comigo Analista Judiciário, abaixo assinado, sendo aí compareceu o(a) Dr. Alisson Barreto Fernandes, exercendo atividades no CENTRAL MÉDIC, sito à Rua: Deocleciano Pires, 12, Centro, Sousa-PB (em frente à Praça Bom Jesus), a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de desempenhar o cargo de PERITO(A) nos autos da Ação de Interdição nº 0801301-69.2024.8.15.0371, com a finalidade de realizar exame no(a) interditando(a) BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA. Aceito o compromisso que prometeu cumprir, determinou o MM. Juiz fosse lavrado o presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado de forma eletrônica pelo Dr. Agilio Tomaz Marques, Juiz de Direito em substituição e por Maria Edna Fernandes Medeiros, Analista Judiciária, Matrícula 469.114-8..

Agilio Tomaz Marques

Juiz de Direito em substituição

(assinatura eletrônica)

Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 1218 RQE 6533
Membro Titular do Conselho Brasileiro de Psiquiatria

Médico

(Assinatura e Carimbo/CRM)

AÇÃO: INTERDIÇÃO PROCESSO Nº 0801301-69.2024.8.15.0371

REQUERENTE: VERUSKA DA SILVA MORAIS

INTERDITANDO(A): BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA

REQUISITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA

QUESITOS



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 10/06/2024 11:40:04
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24061011400155700000086271931>
Número do documento: 24061011400155700000086271931

Num. 91836794 - Pág.



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 15/07/2024 12:51:03
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071512510298100000087957410>
Número do documento: 24071512510298100000087957410

Num. 93784999 - Pág. 1

Documento 8 página 2 assinado, do processo nº 2024069014, nos termos da Lei 11.419. ADME. 61252.97183.21271.87324-8
Gdaydes Maria Lyra Lins [123.468.884-00] em 17/07/2024 14:42



14/06/2024

Número: 0801301-69.2024.8.15.0371

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
91836794	10/06/2024 11:40	Termo de Compromisso	Termo de Compromisso

Carla Alisson Bagueio
Advogada
OAB/PB nº 2024069014
10/06/2024 11:40



81 Anos

RG: 3.046.700

CPF: 298.438.394-04

INTERDITANDO(A):

BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, ^{SEVERA} MENTAL INTELCTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE? ^{PERMANENTE}

R: SIM, SEQUELA DE AVC - ISQUÊMICO CID-10

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10? ^{CID-10: I64 / 681.0}

R: SIM, HA SEQUELA DE AVC ISQUÊMICO, C/HEMIPLEGIA

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HA DEFICIÊNCIA SENSORIAL

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELCTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HA DEMÊNCIA VASCULAR, POR SEQUELA DE AVC - ISQUÊMICO, I64 / F01.9

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: TRATA-SE DE DEMÊNCIA VASCULAR (F01.9), POR SEQUELA DE AVC ISQUÊMICO (I64)

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: A DEFICIÊNCIA EM QUESTÃO É SEVERA

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: SIM, HA SEVERO COMPROMETIMENTO DA EXPRESSÃO DA COMPREENSÃO E DO DISCERNIMENTO

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

A PERICLITA A SEVERA SEQUELA DE AVC - ISQUÊMICO (I64) QUE LHE CAUSA HEMIPLEGIA A ESQ (681.0) E DEMÊNCIA VASCULAR (F01.9),

MÉDICO

(Assinatura e Carimbo/CRM)

SE-NDO TOTALMENTE

INCAPAZ P/ ATOS DA VIDA CÍVIL, P/ GERIR BENS OU NEGÓCIOS

Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7218 / RQE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria

Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 10/06/2024 11:40:04

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24061011400155700000086271931>

Número do documento: 24061011400155700000086271931

Num. 91836794 - Pág.

Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 15/07/2024 12:51:03

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071512510298100000087957410>

Número do documento: 24071512510298100000087957410

Num. 93784999 - Pág. 3



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.069.014

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico Psiquiatra- alissonparaiba@hotmail.com

Tratam os presentes autos, neste momento, de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no INSS sob nº 21290632482, inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente, CRM sob nº 7218, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0801301-69.2024.8.15.0371, movido por VERUSKA DA SILVA MORAIS, CPF 073.044.424-41, em face de BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA, CPF 298.438.394-04, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada reserva orçamentária, para o corrente exercício, conforme faz certo a informação de fl. 24, foi trazido para os presentes autos, por esta Diretoria, o Laudo pericial de fls. 25/28.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75 com inscrição no INSS sob nº 21290632482, inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 e inscrição no Conselho Competente, CRM sob nº 7218, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0801301-69.2024.8.15.0371, movido por VERUSKA DA SILVA MORAIS, CPF 073.044.424-41, em face de BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA, CPF 298.438.394-04, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo ao que preconiza o art. 60 da Lei 4.320/64, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 17 de julho de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0801301-69.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **16/02/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VERUSKA DA SILVA MORAIS (REQUERENTE)			
BALBINA MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93986223	18/07/2024 09:20	honorários periciais. autorização da despesa	Comunicações